

Sindsep/A realiza assembleia no Distrito Raposa

Dando continuidade à política de estreitamento com a Base e seguindo o cronograma de visitar todos os locais de trabalho para construção e fortalecimento da campanha de recomposição emergencial de 19,99% para toda a categoria de servidores públicos, a direção do Sindicatos dos Servidores Públicos Federais no Maranhão - Sindsep/MA, reuniu hoje com os servidores da FUNASA do Distrito Raposa.

Na oportunidade, além de levar os informes gerais do embate como governo Bolsonaro por recomposição salarial e luta por melhores condições de trabalho, os diretores liderados pelo presidente João Carlos Martins, também ouviu as necessidades dos trabalhadores, que mesmo sem apoio do governo federal têm desempenhado suas funções com força e determinação.

“Sabemos da vontade do presidente Bolsonaro de acabar com os serviços públicos e lutamos

muito contra o sucateamento das instituições e as agressões contra os servidores. Se o governo não quer escutar nossas angústias e teima em nos massacrar, só restará a categoria o caminho da greve geral. Ou o governo atende nossas reivindicações ou faremos a maior greve de servidores e trabalhadores públicos da história”, disse João Carlos Martins.

Amanhã, além de acompanhar o movimento dos(as) companheiros(as) do Ministério do Trabalho, que estão em greve há mais de um mês, a direção tem agendada reunião com dirigentes do SINASEFE/subseção Monte Castelo para discutir de forma conjunta a



pauta dos(as) trabalhadores(as) do Campus IFMA/Monte Castelo e assim fortalecer o movimento e consequentemente a categoria.

“Precisamos atuar de forma conjunta e ordenada para que tenhamos sucesso em nossas reivindicações”, frisou João Carlos Martins, que além de presidente do Sindsep/MA, também é servidor do IFMA.

Até 69% de reajuste para Bolsonaro e ministros. Para os servidores, nada!

Há exatamente um ano, neste mesmo mês de maio, o presidente Jair Bolsonaro e seus ministros passaram a receber salários com um aumento de até 69%. O aumento foi dado pelo próprio Bolsonaro por meio de uma portaria editada em abril de 2021 e, em maio, a diferença salarial já havia sido implantada. A mudança permitiu que o presidente, o vice-presidente, Hamilton Mourão, ministros e assessores passassem a receber acima do teto constitucio-

nal de R\$ 39,2 mil. Na prática, o teto total para essas pessoas passou a ser de R\$ 78.586,64 por mês.

Antes da medida, Bolsonaro recebia R\$ 30,9 mil pela função de presidente e mais R\$ 10,7 mil em outros benefícios. Mas o seu salário final tinha um corte de R\$ 2.300 para que o teto fosse obedecido. Com a norma aplicada no ano passado, a remuneração bruta do presidente passou de R\$ 39,3 mil para R\$ 41,6 mil. Já o general da reserva, Hamilton Mourão, pas-

sou a receber R\$ 63,5 mil, diferença de 62%. Entre os ministros militares, o maior salto no salário foi o do então chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos. A sua remuneração passou a ser de R\$ 66,4 mil, em uma alta de 69%.

Mas além do aumento salarial, Jair Bolsonaro coleciona regalias de um milionário. Apenas entre os últimos dias 1º de abril e 5 de maio, a conta do seu cartão corporativo foi de R\$ 4,2 milhões.

Sindsep-PE

AÇÃO ANUÊNIOS / FUNASA

Ação para contabilização do tempo de serviço celetista no anuênios da FUNASA (Ativos e Aposentados)

CLICK AQUI

E PESQUISE SE O SEU NOME ESTÁ NESTA AÇÃO



Conta de luz deve subir em média 12% em todo país. NE vai pagar 17% mais caro

A população brasileira, principalmente a que vive na região Nordeste, deve se preparar para pagar mais caro pela tarifa de energia elétrica este ano. Não bastassem os aumentos em 2021 que chegaram a mais de 20% em alguns estados, dependendo da distribuidora, a previsão é que em média no país o reajuste chegue a 12%.

A previsão é da empresa privada pela TR Soluções — empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia, que, no entanto, não calculou os impactos dos impostos (que variam de estado para estado), nem a bandeira tarifária, que elevam ainda mais o valor da conta a ser paga pelo consumidor. A reportagem foi do jornal Folha de São Paulo.

Pelas contas da empresa, o Nordeste terá alta de 17%; o Norte sofrerá com mais 10%; o Centro-Oeste terá 9,5% de reajuste; o Sudeste com 13% e a única baixa em comparação com o ano passado será no Sul com 3%.

No entanto, para o engenheiro elétrico da Eletrobras Ikaró Chaves, por não levar em conta os demais encargos e a utilização das hidrelétricas e termoeletricas esses números podem ser menores ou maiores.

De acordo com ele, o alto valor pago pelos consumidores têm mais a ver com a política equivocada para o setor que o governo federal vem utilizando. Ikaró lembra que uma das maiores responsáveis pelo aumento nas contas de energia é a Política de Preços Internacionais (PPI), da Petrobras, que cobra em dólar



pelos combustíveis que são utilizados pelas usinas termoeletricas, responsáveis por parte do abastecimento nas regiões mais distantes dos grandes centros.

“Quem ganha são as termoeletricas que funcionam como backup caso os reservatórios estejam em baixa e são pagas para não produzir. No entanto, ao serem utilizadas, os donos ganham muito mais”, diz

Projetos para baixar preço de energia são eleitores

Os constantes reajustes nos preços da energia elétrica estão levando alguns parlamentares a apresentar projetos para forçar a diminuição nesses valores. Porém, segundo o engenheiro da Eletrobras, os que foram apresentados até agora têm caráter eleitoreiro e não resolvem a questão.

“O problema é estrutural, não mexe na raiz, como o projeto de transferir pro orçamento da União os custos com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Ora, isso vai fazer com que o consumidor pobre pague pelo que o rico consome de energia, que normalmente é muito do que uma família com menos recursos, que tem menos equipamentos elétricos”, diz Ikaró.

Ainda segundo o engenheiro, a boa parte da CDE se destina a estados da região Norte como Amazonas, Rondônia e Acre. “Isso faria a população do Norte pagar 20 vezes mais do que a de São Paulo. Não se pode fazer o pobre pagar pela conta do rico que consome muito mais”, acrescenta.

Os subsídios contidos na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), são pagos mensalmente pelos consumidores em suas contas de luz. Entre eles, estão os subsídios para consumidores de baixa renda; a geração de energia e sistemas isolados do norte do país; a geração de energia a carvão mineral e investimentos em eletrificação rural. O projeto que transfere a Conta de Desenvolvimento Energético é do deputado Paulo Ganime (Novo-RJ).

Outros projetos preveem mudar a estrutura da conta de luz no Brasil. A bancada do Ceará, na Câmara Federal, por exemplo, pediu que o reajuste de 24% nas contas do estado fosse suspenso numa “canetada”. Outros estados, como São Paulo e Minas Gerais temem que o reajuste chegue a 20%.

Fonte: CUT